

Projeto de Lei 4409/2008

LEI de de de

Dispõe sobre a criação cargos de Juiz do Trabalho e de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, define jurisdições e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - São criadas no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região 6 (seis) Varas do Trabalho, assim distribuídas:

I - na cidade de Fortaleza, 4 (quatro) Varas do Trabalho (15ª, 16ª, 17ª e 18ª);

II - na cidade de Maracanaú, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

III - na cidade de Pacajus, 1 (uma) Vara do Trabalho (2ª);

Parágrafo único- Ficam mantidas as áreas de jurisdição das Varas do Trabalho sediadas em Fortaleza e Maracanaú, inclusive em relação aos órgãos criados por esta lei, ressalvada posterior alteração pelo Tribunal Pleno, como previsto na Lei n.10.770/2003.

Art. 2º - As Varas do Trabalho criadas por esta Lei serão implantadas pelo Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, na medida das necessidades do serviço e da disponibilidade de recursos orçamentários, em consonância com o disposto no art. 169, § 1º da Constituição Federal.

Art.3º - Cabe ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, mediante ato próprio, alterar e estabelecer a jurisdição das Varas do Trabalho, bem como transferir a sede de um Município para outro, de acordo com a necessidade de agilização da prestação jurisdicional trabalhista.

Art. 4º - Ficam criados 12 (doze) cargos de Juiz do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Art.4º- As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília - DF., de de

JUSTIFICATIVA

Nos termos do artigo 96, inciso II, alínea "b", da Constituição Federal, submeto à elevada deliberação dos Excelentíssimos Senhores Membros do Congresso Nacional anteprojeto de lei examinado e aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho, pelo Tribunal Superior do Trabalho e pelo Conselho Nacional de Justiça, que trata da criação de Varas do Trabalho no Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região, sediado em Fortaleza – CE.

A proposta foi encaminhada ao Conselho Nacional de Justiça, em observância ao disposto no art. 87, IV, da Lei nº 11.514/2007, ficando aprovada por unanimidade na 74ª Sessão Ordinária realizada em 18/11/2008 para a criação de 6 (seis) Varas do Trabalho, sendo 4 (quatro) no Município de Fortaleza, 1(uma) no Município de Pacajus, 1(uma) no Município de Maracanaú e 12 (doze) cargos de Juiz.

Sediado em Fortaleza, o Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região justifica a necessidade de aumentar o quadro de sua Primeira Instância em face do grande desequilíbrio que hoje o coloca em desvantagem em relação aos outros Tribunais do Trabalho com apenas 0,68 magistrados/100.000 habitantes, o que demonstra o seu atual *deficit* de recursos humanos para atender aos usuários da Justiça de um Estado com mais de 8.000.000 (oito milhões) de habitantes.

O aumento da demanda local, inclusive em razão das novas competências estabelecidas na Emenda Constitucional nº 45, bem como o fato de não ter crescido o quanto era de se esperar, passou a exigir providências no sentido de dotar sua Primeira Instância dos meios efetivos para o desempenho pleno dos serviços judiciais aos jurisdicionados.

Cumprе observar que enquanto os demais Tribunais do Trabalho já passaram por ampliação de suas estruturas originárias, de modo a adequar seus quadros de magistrados e servidores ao volume crescente da demanda jurisdicional, aquele Regional ainda mantém sua estrutura original.

O estado do Ceará tem uma das mais destacadas economias do norte e nordeste, com um movimento crescente de admissões de trabalhadores e rescisões contratuais, o que se reflete na quantidade de lides trabalhistas e, conseqüentemente, na carga de trabalho de juízes e servidores.

Portanto, impõem-se urgentes providências no sentido de dotar a estrutura do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região dos meios indispensáveis ao desempenho satisfatório de suas atribuições, pelo que se propõe a criação das Varas do Trabalho e 12 (doze) cargos de Juiz, constantes do presente anteprojeto de lei, ora submetido à apreciação de Vossas Excelências, representando as medidas aqui consubstanciadas inadiáveis para aquele Regional.

Com estas considerações, submeto o anexo anteprojeto de lei à apreciação desse Poder Legislativo, esperando que a proposição mereça a mais ampla acolhida, convertendo-se em lei com a urgência possível.

Brasília-DF, 27 de *setembro* de 2008.


RIDER NOGUEIRA DE BRITO
Ministro Presidente do Tribunal Superior do Trabalho